

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

UM LUGAR CHAMADO ESPERANÇA

A HISTÓRIA DE HELENA

Por Amanda Cristina Rodrigues de Jorge,
Ana Cláudia Pereira da Silva,
Maria de Fátima Landim Almeida,
Olga Benedita Maria,
Patrícia Fernanda Silva,
Patrícia Santos Mergulhão
e Sílvia de Souza

Eu sou Helena, tenho 37 anos e moro na zona leste de São Paulo. Minha família mora aqui há muito tempo. Tive uma infância difícil, assim como a maioria dos meus amigos que são filhos de famílias pretas e pobres. Aprendi muito cedo que, se você foge dos padrões de beleza, com certeza sofrerá algum tipo de preconceito – e eu sempre fui uma criança gorda. Com quinze anos, já pesava mais de noventa quilos; acabei me isolando e abandonei a escola, porque não queria que me vissem assim. Não queria sentir aqueles olhares maldosos sobre mim; não gostava de ouvir as pessoas me chamando de gorda, baleia, e rindo de mim.

Ainda na adolescência, em uma festa no bairro, conheci alguém e me apaixonei. Engravidei, o relacionamento não deu certo e fui abandonada pelo pai da minha filha. Passei a morar em dois cômodos cedidos pela minha mãe e, apesar de toda a dificuldade que enfrentei na gestação, estava feliz e ansiosa para ter o meu bebê, que hoje é uma moça linda, minha razão de viver, minha companheira, minha melhor amiga. Thais agora está com 16 anos. Depois que ela nasceu, passei a pesar quase 150 quilos. Não conseguia sair de casa e tive dificuldade para cuidar da minha filha com poucos recursos. Sem poder trabalhar no mercado formal, trabalhava como manicure em casa, contando apenas com ajuda dos parentes e de poucos amigos.

Junto com o aumento de peso, vieram também os problemas de saúde. Fui diagnosticada com transtorno misto: ansioso e depressivo, doença pulmonar obstrutiva crônica presumida, tabagismo, obesidade grau III, hipertensão secundária à obesidade e artrose no joelho. Atualmente, com quase 230 quilos, saio de casa poucas vezes no mês. Um dia precisei sair – e isso é tão raro que, quando saio, parece que está tudo diferente, e dessa vez estava mesmo. Havia uma placa no final da rua Esperança, onde se lia “Serviço da Assistência Social à Família (SASF)”. O bairro sempre foi muito carente de serviços públicos. Segundo o panfleto no portão, o espaço era um serviço público de caráter continuado e de apoio ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Lajeada e integrava o Sistema Único de Assistência Social – SUAS da cidade de São Paulo. O panfleto apontava que os principais objetivos do serviço tinham a ver com convivência e garantia de direitos, além de mais um monte de palavras bonitas. A verdade é que eu não sabia o que queria dizer metade do que estava escrito ali; só entendia que era um serviço de assistência.

Ao retornar para casa, olhei novamente para o panfleto, pensei mais um pouco sobre o serviço e acabei colocando o papel em um lugar qualquer. Logo uma cliente chegou e tratei de concentrar minha atenção em suas unhas, para realizar o melhor trabalho possível. Perguntei-lhe se havia visto o serviço que abriram na rua; ela disse que tinha observado a placa, mas que ainda não sabia ao certo o que era aquele lugar. Tinha ouvido dizer que era o local de cadastramento para o Bolsa Família.

Na semana seguinte, escutei alguém bater palmas no portão e, de onde eu estava, perguntei quem era. A pessoa respondeu que era da Assistência Social e que trabalhava no serviço que havia sido inaugurado próximo à minha casa. Sim, aquele mesmo serviço cujo real objetivo eu estava me perguntando qual seria. Desci e abri o portão. Deparei com uma moça com avental azul e verde, que se identificou como Mara. Ela esclareceu que o serviço atenderia famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Mínima e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Perguntou se eu recebia algum desses benefícios, e eu respondi que recebia o Bolsa Família. Perguntou também se eu tinha interesse em ser acompanhada pelo serviço. Respondi que naquele momento não estava interessada e que não gostava de receber visitas de pessoas estranhas em minha casa, xeretando a minha vida. Mara sorriu e disse que eu seria bem-vinda caso quisesse conhecer o serviço e participar das atividades oferecidas.

Passaram-se alguns dias e o Bolsa Família foi bloqueado em razão da baixa frequência escolar da Thais. Fiquei desesperada porque, embora o valor fosse baixo, o benefício era, basicamente, minha única fonte de renda. Preocupei-me também com a baixa frequência escolar de minha filha, já que ela sai de casa todos os dias para ir à escola. Mais tarde, nesse mesmo dia, vi a Mara passando na rua e a chamei. Pedi que viesse até o portão e expliquei o que tinha acontecido com o meu benefício. Mara logo me explicou o que precisava ser feito, falei da necessidade que tinha desse benefício e que seria um mês difícil sem o dinheiro para comprar comida. Ela falou que o serviço poderia me fornecer uma cesta básica até que o benefício fosse liberado. Convidei Mara para entrar e pedi que me explicasse melhor como funcionava o serviço. Conversamos por horas; contei sobre minha história, falei das minhas angústias, preocupações e, principalmente, das minhas dificuldades sem conseguir trabalhar por problemas de saúde. Foi então que ela me falou do BPC. Eu já havia ouvido falar que era um benefício do governo e tentei obter mais informações, mas o que eu ouvia era que quase ninguém conseguia e acabei deixando para lá. Então, Mara me informou que:

“Conforme a Lei da Assistência Social, consideram-se elegíveis ao BPC pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, cuja renda familiar per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.”

Mara me orientou a solicitar o laudo necessário ao médico com o qual eu fazia acompanhamento para que ela pudesse realizar o agendamento na agência do INSS. Fiquei aflita por ter de sair de casa, por causa das dificuldades que enfrentaria: as conduções públicas não são adaptadas para pessoas do meu tamanho, sei que teria que enfrentar os olhares das pessoas e ficaria dias na cama com dores no corpo, que viriam após realizar esforço físico. Mara explicou que eu tinha chance de conseguir o benefício, por me encaixar nos critérios exigidos com relação à saúde e à renda *per capita*.

No mês seguinte, já com a data do agendamento, Mara entrou em contato, o que me deixou em alerta; pensei em desistir, mas precisava do benefício para melhorar nossa situação, precisava cuidar de mim e da minha filha. No dia marcado, minha filha Thais e a Mara me acompanharam até a agência do INSS. Após a consulta, fui orientada a aguardar a resposta em casa. Após um mês recebi a resposta: o benefício havia sido negado, como eu já esperava. Fiquei decepcionada; havia feito tanto sacrifício para conseguir chegar até ali. Mara havia explicado que eu estava dentro dos critérios exigidos por lei, então não entendi por que não tinha conseguido. No entanto, ela me alertou que isso poderia acontecer e que, se acontecesse, teria como recorrer. Fiquei apreensiva quando ela entrou em contato perguntando se poderia agendar uma nova perícia, já explicando também que eu teria que passar por tudo novamente sem nenhuma certeza de que seria aprovado, mas que, caso não fosse, ela iria recorrer novamente. Pensei que nunca tinha recebido tanto incentivo assim, então concordei. Teria que passar por tudo isso novamente.

Refeita a perícia, esperei ansiosa a resposta, tentando não criar expectativas, porque sabia que poderia ser não. Semanas depois, liguei no SASF e conversei com a Mara, perguntei se tinha como ela saber se o benefício havia sido aprovado. Mara falou que entraria em contato com agência do INSS e retornaria ao final do dia com a resposta. Por volta das 17h, Mara ligou e informou que o BPC havia sido aprovado.

Confesso que foi um dos poucos momentos emocionantes da minha vida. Sei que para muitas pessoas essa quantia é insignificante, sei que não dá para fazer muita coisa com este valor, porém, em minha vida fará toda a diferença. Lembrei quanta coragem tive que ter para sair de casa e enfrentar todos os meus fantasmas, para tentar melhorar nossa condição de vida. Esse benefício, para além da ajuda financeira e da autonomia que me proporcionaria, tinha também um sabor diferente: de vitória, superação e esperança.





| CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante a implantação de serviços públicos dentro dos territórios com alto índice de vulnerabilidade social, considerando sempre a escuta ativa e a interlocução com o território. Um serviço em que você escuta a história de pessoas como a dona Helena, que repetia sempre o discurso de que “não ia conseguir o benefício, porque essa coisa de governo nunca dá certo” – o perigo de uma história única. Foi muito importante para ela perceber-se como sujeito de direito e entender o benefício com um direito previsto na Política de Assistência Social, não como ajuda. A forma como a assistente social Mara trabalhou as limitações e as inseguranças de dona Helena fizeram toda a diferença para que ela rompesse com as barreiras já construídas em torno dos serviços da Assistência.

Texto produzido como Trabalho de Conclusão de Curso da formação “A arte de contar histórias: estratégias e técnicas para construirmos novas narrativas na profissionalização e qualificação da Assistência Social”, do Projeto InovaSUAS.